

**LEI Nº. 2.896, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2011**

**Dispõe sobre a desafetação de bem de uso e gozo público e dá outras providências.**

O Povo do Município de Passos, através de seus representantes aprovou, e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica desafetada de sua característica de uso institucional, passando a integrar os bens dominicais do Município de Passos, a área de um terreno localizada no Loteamento Nossa Senhora da Penha II, nesta cidade, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Passos sob a matrícula nº. 55.466, de 30/11/2011, com a seguinte descrição:

"Inicia-se junto ao Marco 1; do vértice 1 segue em direção até o vértice 2 no azimuth 181°43'17", em uma distância de 18.972 metros, confrontando com a Rua Barbacena, por divisa com alinhamento da rua; do vértice 2 segue em direção até o vértice 3 no azimuth 236°11'06", em uma distância de 104.719 metros, confrontando com a Rua Bragança, por divisa com alinhamento da rua; do vértice 3 segue em direção até o vértice 4 no azimuth 272°25'45", em uma distância de 74.483 metros, confrontando com área 2, por divisa com alinhamento da área; do vértice 4 segue em direção até o vértice 5 no azimuth 7°48'15", em uma distância de 87.065 metros, confrontando com Rua Vespasiano, por divisa com alinhamento da rua; do vértice 5 segue em direção até o vértice 6 no azimuth 94°18'58", em uma distância de 50.707 metros, confrontando com a Rua Sebastião Lúcio Ferreira, por divisa com alinhamento da rua; do vértice 6 segue em direção até o vértice 7 no azimuth 94°52'40", em uma distância de 74.586 metros, confrontando com área 3, por divisa com alinhamento da área; finalmente do vértice 7 segue até o vértice 1 (início da descrição), no azimuth de 94°33'30", na extensão de 25.370 metros, confrontando com Terezinha Feres de Oliveira Silva, fechando assim uma área de 10.385,22 m² (dez mil trezentos e oitenta e cinco metros e vinte e dois centímetros quadrados)".

**Art. 2º.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, por doação, a área descrita no art. 1º desta Lei, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, autarquia federal, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 10.648.539/0001-05, para a ampliação do Campus de Passos na sua efetivação.

**Art. 3º** O donatário deverá assumir, para o recebimento da doação, o encargo de construir no imóvel especificado no art. 1º desta Lei, um ginásio poliesportivo coberto e outras estruturas para a prática de esportes, visando a efetivação do Campus Passos, em atenção às exigências do Plano de Expansão 2, do Governo Federal.

**§1º.** A construção deverá ser iniciada no prazo máximo de 02 (dois) anos e concluída no prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados da data da emissão da escritura pública de doação.

**§2º.** Além dos requisitos indispensáveis, constará expressamente da escritura pública o prazo previsto no § 1º, deste artigo, para construção do ginásio poliesportivo e demais estruturas pelo donatário.

**Art. 4º** O donatário terá o prazo de 30(trinta) dias, contados da data da publicação desta Lei, para providenciar o registro da escritura do imóvel junto ao cartório competente, sob pena de decair o benefício concedido.

**Parágrafo único.** O prazo de que trata o *caput* deste artigo, poderá ser dilatado, sob a conveniência e oportunidade do Poder Executivo.

**Art. 5º** O não cumprimento do disposto nesta Lei, resolverá de pleno direito a doação feita, revertendo o imóvel, com as suas construções, instalações, edificações e benfeitorias, à posse do Município, não ensejando ao donatário qualquer indenização e nem direito de retenção.

**Parágrafo único.** A reversão prevista no *caput* deste artigo ocorrerá por meio de Decreto do Executivo e de cancelamento do registro da escritura no Cartório de Registro de Imóveis a requerimento do Poder Executivo, instruído com documento hábil, observados o devido processo legal administrativo, o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 6º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, em caráter **NÃO OBRIGATÓRIO**, a custear, pelo Município, as despesas indispensáveis à regularização dos documentos de **DOAÇÃO**.

**Art. 7º** As despesas decorrentes com a aplicação da presente lei correrão a conta de dotações próprias, consignadas no orçamento do Município.

**Art. 8º** Integra esta Lei:

I - o croqui, memorial descritivo e o laudo de avaliação do imóvel descrito no art. 1º desta Lei; e

II -- a certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Passos.

**Art. 9º** A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Passos, aos 27 de dezembro de 2011.

***JOSÉ HERNANI SILVEIRA***

***Prefeito Municipal***

***ANTONIO JOSÉ FRANCISCO***

***Secretário Municipal de Planejamento***

***NILTON FERNANDO DA SILVEIRA***

***Secretário Municipal de Administração***

***ROSA MARIA CARDOSO BERALDO***

***Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer***